



TOMÁS DE AQUINO

As razões da fé

De rationibus fidei

Introdução, tradução e notas de
CARLOS ARTHUR RIBEIRO DO NASCIMENTO

*Edição bilingue
latim & português*


MADAMU

Copyright © 2022 Editora Madamu

Editores

Marcelo Toledo e Valéria Toledo

Capa

KOPR Comunicação, com imagem Depositphotos

*Todos os direitos reservados à Editora Madamu
Rua Terenas, 66, conjunto 6, Alto da Mooca, São Paulo, SP
CEP 03128-010 - Fone: (11) 2966 8497
www.madamu.com.br
E-mail: leitor@madamu.com.br*

T599a Aquino, Tomás de (1225?-1274)

As razões da fé. De rationibus fidei. / Tomás de Aquino.
Introdução, tradução e notas de Carlos Arthur Ribeiro do
Nascimento. - 1ª. ed.. - São Paulo: Editora Madamu, 2022.

108 p., 14 x 21cm

Edição Bilíngue: latim e português

ISBN 978-65-86224-29-0

1. Filosofia Medieval Ocidental. 2. Religião. I. Título.

CDD: 189.4

CDU: 165.612

Índice para catálogo sistemático:

1. Filosofia 2. Religião
189.4

Índice

- 7 Sobre *As razões da fé*
- 17 *De Rationibus Fidei ad
Cantorem Antiochenum* – latim & português
- 107 Sobre o tradutor

Sobre *As razões da fé*

As razões da fé ou, sob um título alternativo, *As razões da fé, contra os sarracenos, gregos e armênios, para um cantor antioqueno* foram escritas no final da estadia de santo Tomás em Orvieto, antes de sua partida para Roma, isto é, por volta de 1265. Como seu texto faz diversas remissões à *Suma contra os gentios*, supõe-se que tenha sido escrito pouco depois do término desta, o que levaria à data acima mencionada. O cantor antioqueno, ao qual o texto é dedicado, permanece desconhecido¹.

Este texto procura responder objeções, na verdade zombarias (*irrisiones*), contra a fé cristã, dos sarracenos (*muçulmanos*), gregos, armênios e ainda outros grupos étnicos. As objeções em questão são diversificadas. Os sarracenos questionam a trindade, a encarnação e redenção, bem como a eucaristia. Os gregos e armênios não aceitam o purgatório. Finalmente, os outros grupos mencionados partilham a fé muçulmana e supõem que a presciência divina impõe necessidade ao comportamento humano, eliminando, portanto, a liberdade, o mérito e o demérito.

1. Torrell, J.-P. *Iniciação a Santo Tomás de Aquino*. São Paulo: Loyola, 2004, 2ª ed., p. 145-146 e 408-409.

Tomás de Aquino responde a cada uma dessas dificuldades fazendo suas respostas serem precedidas do enunciado das objeções (cap. 1) e de algumas considerações metodológicas (cap. 2).

Assim, no capítulo 1, Tomás diz que, segundo as palavras de seu interlocutor, “os sarracenos zombam de que digamos que Cristo é Filho de Deus, pois Deus não tem esposa”. O que, aliás, consta do *Alcorão* (VI, 101). Além disso, “julgam que somos loucos por confessar três deuses”. Além do mais, “zombam também de que digamos que Cristo, Filho de Deus, foi crucificado para a salvação do gênero humano, pois, se Deus é onipotente, podia salvar o gênero humano sem o sofrimento de seu Filho; podia também constituir os humanos de tal modo que não pudessem pecar”. Enfim, no que se refere à eucaristia, “criticam também os Cristãos, que todo dia comem seu Deus no altar e que o corpo de Cristo, se fosse tão grande como um monte, já deveria estar consumido”.

Os gregos e armênios, por sua vez, sustentam que, depois da morte, “as almas nem são punidas nem recompensadas, até o dia do juízo, mas ficam como que em suspenso, porque não devem receber nem castigo nem prêmio sem o corpo”. Alegam como apoio desta opinião João 14, 2: “na casa de meu Pai há muitas moradas”.

Por fim, “Tanto os sarracenos quanto outros povos, a partir da presciência ou ordenação divina, impõem necessidade aos atos humanos, ao dizerem que os humanos não podem morrer nem pecar senão como Deus ordenou sobre os humanos e que qualquer pessoa tem sua sorte escrita na testa”.

No que respeita ao modo de proceder na discussão com esses interlocutores, Santo Tomás relembra, de início, a conhecida recomendação da 1ª carta de São Pedro 3, 14: “Santificai Cristo em vossos corações”, o que Tomás interpreta como sendo realizado pela firmeza na fé. É este o fundamento que permite estar seguro

contra todas as objeções e zombarias dos infiéis. Daí a recomendação: “Preparados sempre para satisfazer todo o que peça de vós a razão do que em vós está pela esperança e pela fé”.

O cantor antioqueno tinha pedido a Tomás argumentos morais e filosóficos, aceitos pelos sarracenos, pois seria inútil alegar autoridades contra os que não as aceitam como tais. Com o que Tomás concorda.

Observa ainda, Tomás, que não se trata de provar por meio de razões necessárias os artigos de fé. A verdade destes, com efeito, supera toda inteligência criada (humana ou mesmo angélica) e as criaturas só podem a ela aderir pela fé, porque revelada por Deus. Pretender provar os artigos de fé é simplesmente negar a transcendência da verdade de que são portadores.

Mas, se assim é, estes não podem ser falsos por procederem da verdade suprema e não podem ser refutados por razões necessárias. Então: “Como nossa fé não pode ser provada por razões necessárias, porque ultrapassa a mente humana, igualmente, não pode ser refutada por razão necessária, por causa de sua verdade”.

É o que determina o que deve ser visado numa discussão sobre os artigos de fé. Não se deve pretender provar a fé, mas defendê-la, isto é, mostrar que não é falso o que a fé católica confessa.

Para pôr em prática o que é assim formulado, Tomás vai invocar considerações de ordem natural no que se refere à trindade (cap. 3 e 4) à encarnação (cap. 5 e 6) e à redenção (cap. 7), bem como em relação à eucaristia (cap. 8). No capítulo 9 (sobre o purgatório) Tomás invoca textos do Antigo e do Novo testamento para sustentar que há dois lugares para os justos e os pecadores no além túmulo. Como o pertencimento a um deles exige a ausência da mancha do pecado ou uma ruptura com Deus representada pelo pecado grave, desta dupla afirmação decorre a postulação de

um terceiro lugar para aqueles que não romperam completamente com Deus, mas também não são inteiramente isentos de pecado no momento da morte (têm pecados venais). Este terceiro lugar recebe o nome de purgatório, pois aí aqueles que não estão ainda totalmente isentos de pecado devem purgar suas faltas para serem admitidos à glória eterna.

No cap. 10 Tomás invoca novamente considerações e comparações de ordem natural para mostrar como a presciência divina não impõe necessidade aos atos humanos.

No final do cap. 1, Tomás diz que vai propor “algo fácil, conforme a matéria permita, o que, no entanto, ele tratou mais detalhadamente em outro lugar”; supõe-se, na *Suma contra os gentios*. Talvez Santo Tomás seja muito otimista quanto à capacidade de compreensão humana. Se é verdade que o capítulo 5, ao invocar as razões de conveniência da encarnação não é tão difícil de ser compreendido e, se no cap. 10, são apresentadas antes comparações do que propriamente explicações, os capítulos 3 e 4, bem como o 6 exigiriam algo mais. De fato, os capítulos 3 e 4 supõem que se tenha conhecimento do papel do conceito no pensamento humano e do que procede do ato de amor. Sem esquecer noções como essência, pessoa e relação. Santo Tomás recorre também (sobretudo nos capítulos 6 e 7) ao nosso modo de falar (*modus dicendi*) como sintoma imediato de nosso modo de entender (*modus intelligendi*) e mediato do modo de ser das coisas (*modus essendi*).

Convém ainda observar que Tomás usa de expressões bastante rudes ao se referir aos muçulmanos, como, no início do cap. 3: “com efeito, sendo carnis, não podem pensar senão no que cabe à carne e ao sangue”; ou no início do capítulo 5: “por causa de semelhante cegueira da mente, zombam da fé cristã, porque confessa que Cristo, Filho de Deus, morreu, não entendendo a profundi-

dade de tão grande mistério”; ou ainda no início do capítulo 8: “Quão futilmente, porém, os infiéis zombem deste sacramento, qualquer um, mesmo pouco instruído na religião cristã pode perceber com facilidade”. Tais expressões são, no entanto, bastante brandas perto de uma passagem da *Suma contra os gentios*, I, 6, § final (*Hi vero*):

Na verdade, aqueles que estabeleceram seitas de erros procederam por um caminho contrário [ao seguido pelo cristianismo], como é manifesto em Maomé, que aliciou os povos pela promessa dos prazeres carnis, cujo desejo a concupiscência carnal incita. Transmitiu também preceitos conformes ao prometido dando rédea ao prazer carnal, no que é obedecido de pronto por indivíduos carnis. Também não apresentou testemunhos da verdade a não ser os que possam ser conhecidos facilmente por qualquer um que entenda medianamente com a inteligência natural. Até mesmo, misturou o que ensinou de verdadeiro com muitas fábulas e doutrinas falsíssimas. Não apresentou também sinais feitos sobrenaturalmente, pelos quais apenas, é apresentado um testemunho adequado à inspiração divina, na medida em que a operação visível, que não pode ser senão divina, mostra o ensinante da verdade inspirado invisivelmente. Disse, porém, que era enviado com o poder das armas, sinais, que não faltam mesmo aos ladrões e tiranos. A princípio, não acreditaram alguns inteligentes, entendidos nas coisas divinas e humanas, mas indivíduos selvagens, que viviam nos desertos, ignorantes completamente de todo ensinamento divino, por cuja multidão coagiu outros a

sua lei, pela violência das armas. Também, nenhum dos oráculos divinos dos profetas precedentes lhe dão testemunho; até mesmo deturpa quase todos os ensinamentos do Antigo e Novo Testamento, com uma narrativa fabulosa, como é manifesto a quem examina sua lei. Donde, por uma deliberação astuciosa, não deixou que os livros do Antigo e Novo Testamento devessem ser lidos por seus seguidores, para que não fosse arguido de falsidade por esses. Fica, assim, manifesto que os que prestam fé ao que ele disse, crêem levianamente.

De acordo com o Pe. René-Anthoine Gauthier², que fazia parte desses “quase super-humanos editores da Comissão Leonina”³, Santo Tomás nunca manifestou um interesse particular e específico pelo Islã. Tudo o que diz a respeito faria parte do conhecimento divulgado, sobretudo a crítica ao caráter carnal do paraíso prometido por Maomé. Seu conhecimento do Alcorão e dos seus intérpretes oficiais é indireto, através, por exemplo, de Vicente de Beauvais, Maimônides e Averrois⁴.

Um outro aspecto a ser enfatizado é a advertência de Tomás de Aquino: “embora o nosso intelecto esteja aquém do inte-

2. R.-A. Gauthier, *Saint Thomas d'Aquin, Somme contre les gentils*, Introduction. Paris: Ed. Universitaires, 1993, p. 119-130.

3. Kenny, A. e Pinborg, J. *Medieval Philosophical Literature*. In: Kretzmann, N., Kenny, A. e Pinborg, J. *The Cambridge History of Latter Medieval Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 38.

4 Cf. R.-A. Gauthier, *op. cit.*, p. 123-124 e 127. As críticas dos cristãos poderiam ser revertidas e formuladas como críticas dos muçulmanos ao cristianismo. Quanto à interpretação do texto do Alcorão, ver: Averrois, *Discurso decisivo, ou melhor, Livro da sentença de determinação e decisão do que há entre a lei e a sabedoria, quanto à conexão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, § 43-45, p. 53-55; Gnilkka, J. *Bíblia e Alcorão*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 174-189. Lei é o Alcorão e sabedoria a filosofia.

lecto divino, não podemos falar sobre o intelecto divino de outro modo senão de acordo com a semelhança do que encontramos no nosso intelecto” (cap. 3, início). É assim que “o que é divino pode ser nomeado pelas palavras” humanas (cap. 3, *circa medium*). O que leva justamente a acentuar as diferenças entre o verbo divino e o humano (cap. 3, parte final). Daí também a atenção ao modo de significar das palavras, já mencionado, para determinar como funciona a linguagem humana ao falar do divino. Tomás está plenamente consciente disso⁵.

Todas estas considerações supõem uma atitude fundamental: o respeito, veneração e cuidado com o divino, numa palavra, cujo sentido talvez não mais conseguimos captar em profundidade: a piedade – o desejo piedoso ou a piedosa intenção.

Guilherme de Ockham ainda conserva as mesmas expressões, mas algo mudou. Talvez o modo de entender a relação entre o que diz a Escritura e o de que o intelecto humano é capaz. A Trindade se torna um quebra-cabeça insolúvel, ao qual o princípio de contradição não se aplica:

Como é singular em Deus que três coisas sejam numericamente uma coisa, assim esta coisa numericamente uma é cada uma daquelas três coisas e, no entanto, uma destas três não é as restantes, igualmente é singular e ultrapassa todo entendimento que não se siga: a essência é numericamente o Filho; ora, o Pai não é o Filho; logo, o Pai não é a essência. Essa singularidade não deve ser

5. Cf. Cap. 1, no fim; as análises de textos desenvolvidas no cap. 9.

*sustentada senão onde a autoridade da Sagrada Escritura o obriga*⁶.

Devemos, pura e simplesmente, crer nela, embora nos pareça algo que contraria a lei básica do conhecimento humano:

*Assim, como tudo que é transmitido na Sagrada Escritura, por determinação da Igreja e pelo que é dito pelos Santos Padres, pode ser salvo não sustentada [a distinção formal] entre a essência e a sabedoria, assim, nego, pura e simplesmente, que tal distinção seja aí possível e nego-a universalmente nas criaturas, embora pudesse ser sustentada nas criaturas como em Deus. Com efeito, creio, assim, que é fácil sustentar a trindade de pessoas com a unidade da essência, nas criaturas, como em Deus, nem é mais difícil, sejam quantas forem as razões opostas, pois creio que, no que se refere à presente vida, pode ser igualmente satisfeito por razões probantes, que não há três pessoas em uma essência nas criaturas, como em Deus, nem é possível conhecer com evidência que a infinitude seja mais favorável para isto, que haja várias pessoas em uma essência, do que a finitude. No entanto, porque um está expresso na Escritura e o outro, não, e parece incompatível com a razão, assim um deve ser sustentado e o outro negado*⁷.

6. I Sent., dist. II, q. 1, F – DTC XI, 1, col. 779.

7. *Ibidem*. Kant é herdeiro desta posição; cf. Boff, L. *A trindade e a sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 33.

O mesmo ocorre com a presciência divina em relação aos futuros contingentes:

*É impossível expressar claramente o modo pelo qual Deus conhece os futuros contingentes. No entanto, deve ser sustentado que os conhece apenas como contingentes. Isso deve ser sustentado por causa da doutrina dos Santos Padres, que dizem que Deus não conhece o que está para acontecer de modo diferente do que já aconteceu*⁸.

Então, as questões teológicas tenderiam a se tornar ocasião para que sejam discutidos problemas filosóficos⁹, sobre os quais nosso intelecto pode se pronunciar mais à vontade, malgrado sua complexidade e os resultados muitas vezes mais negativos (eliminação das posições inaceitáveis) do que positivos (apresentação de uma resposta considerada válida).

A argumentação bíblica de Santo Tomás se dá dentro dos quadros da exegese dialética e doutrinal medieval. Isto quer dizer que o texto bíblico é analisado com as técnicas do trívio (cf. a longa análise de II Coríntios, 5, 1-8) e busca-se sobretudo extrair das Escrituras as verdades de fé por elas transmitidas. Os estudio-

8. *Tractatus de praedestinatione et praescientia Dei respectu futurorum contingentium*. In: *Opera Philosophica*. St. Bonaventure, N. Y.: St. Bonaventure Institute, 1978, v. 2. Tradução (versão preliminar) Moacyr Novaes. São Paulo: CEPAME, 1993, mimeo, p. 517, lins. 277-280.

9. Guilherme de Ockham dedica 5 questões da distinção II da *Ordinatio* (Comentário ao 1º livro das Sentenças (*Ordinatio*, Distinção II, q. 4-8) à discussão do problema dos universais. É verdade que nas suas origens medievais a discussão tinha ligação com a teologia trinitária – uma de suas primeiras manifestações com Roscelino († 1120) o leva ao triteísmo, enfrentando as reações de Santo Anselmo († 1109). Cf. A. Michel, Trinité. In: Vancant, A., Mangenot, E., Amann, E. *Dictionnaire de Théologie Catholique*, XV, 2, col. 1713. Mesmo Tomás de Aquino dedica na *Expositio super librum Boethii de Trinitate* 4 artigos à causa da pluralidade. Cf. *op. cit.*, q. 4. No entanto, o tema ganha espaço (desmesurado?) em Ockham.

so costumam ressaltar que Tomás de Aquino insistiu que uma argumentação teológica válida deve se apoiar no sentido literal (“histórico” na terminologia medieval), que pode ser metafórico, e não nos sentidos alegóricos¹⁰. Quer dizer, então, que pelo menos em princípio, Tomás considera as citações por ele aduzidas como devendo ser entendidas literalmente. Entre estas estão as duas citações da parábola do rico banqueteador e do pobre Lázaro (Lc 16, 19-31). Que santo Tomás lia o texto de Lucas literalmente pareceu ser confirmado inclusive pelo uso que dele faz ao estudar o conhecimento da alma separada do corpo, pois três argumentos em sentido contrário (*sed contra*) são tirados desta parábola¹¹

A tradução teve como base o texto crítico da Edição Leonina preparado por H. F. Dondaine: Sancti Thomae de Aquino, *Opera Omnia*. Roma: Sancta Sabina, 1969, tomo XL, p. B57-B73. As referências em nota foram extraídas desta edição.

Anteriormente publicada em *Scintilla*, Curitiba, v. 15, n. 1, jan./jun. 2018, que gentilmente autorizou a reprodução, esta tradução foi revista e ligeiramente corrigida para a edição em livro.

De Rationibus Fidei ad Cantorem Antiochenum

Latim & Português

10. Cf. *Suma de Teologia*, I^o, q. 1, a. 10, ad 1^o.

11. Cf. *Suma de Teologia*, I^o, q. 89, a. 2, 4 e 6. A parábola é invocada também no primeiro argumento inicial do a. 8. Para uma exegese atual do texto de Lc 16, 19-31 ver Jeremias, J. *As parábolas de Jesus*. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 184-186.

CAPITULUM PRIMUM

QUAE SIT AUCTORIS INTENTIO

Beatus Petrus apostolus, qui promissionem accepit a Domino ut super eius confessione fundaretur Ecclesia contra quam portae inferorum praevalere non possunt, ut contra huiusmodi portas inferorum Ecclesiae sibi commissae fides inviolata persisteret fideles Christi alloquitur dicens “Dominum Christum sanctificate in cordibus vestris”, scilicet per fidei firmitatem; quo fundamento in corde collocato contra omnes impugnationes aut irrisiones infidelium tuti esse poterimus: unde subdit “Parati semper ad satisfactionem omni poscenti vos rationem de ea quae in vobis est spe et fide”.

Fides autem christiana principaliter consistit in sanctae Trinitatis confessione et specialiter gloriatur in cruce Domini nostri Iesu Christi, “nam verbum crucis, ut Paulus dicit, etsi pereuntibus stultitia sit, his autem qui salvi fiunt, id est nobis, virtus Dei est”. Spes etiam nostra in duobus consistit, scilicet in eo quod expectatur post mortem et in auxilio Dei quo in hac vita iuvamur ad futuram beatitudinem per opera liberi arbitrii promerendam.

Haec igitur sunt quae, ut asseris, ab infidelibus impugnantur et irridentur. Irrident enim Saraceni, ut dicis, quod Christum Dei Filium dicimus cum Deus uxorem non habeat; et

CAPÍTULO PRIMEIRO

Qual é a intenção do autor

O bem-aventurado apóstolo Pedro, que recebeu do Senhor a promessa de que estabeleceria a Igreja sobre sua confissão, contra a qual as portas infernais não podem prevalecer¹², para que a fé da Igreja a ele confiada permanecesse inviolada contra essas portas infernais, dirige-se aos fiéis de Cristo, dizendo “Santificai o Senhor Cristo nos vossos corações”¹³, isto é, pela firmeza da fé, fundamento pelo qual, colocado no coração, podemos estar seguros contra todos os ataques ou zombarias dos infieis; donde, acrescentar: “Preparados sempre para a satisfação a todo que vos pedir a razão daquilo que há em vós pela fé e a esperança”¹⁴.

Ora, a fé cristã consiste principalmente na confissão da Trindade santa e gloria-se especialmente na cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo, “pois a palavra da cruz, como diz Paulo, embora seja tolice para os que perecem, para aqueles que se tornaram salvos, isto é, para nós é força de Deus”¹⁵. Também nossa esperança consiste nos dois seguintes, a saber, naquilo que se espera depois da morte e no auxílio de Deus pelo qual, nesta vida, somos ajudados para merecer a bem-aventurança futura pelas obras de livre escolha.

Isto é, pois, como dizes, o que é rejeitado e ridicularizado pelos infieis. Com efeito, os Sarracenos zombam de que digamos que Cristo é Filho de Deus, como dizes, visto que Deus não tem esposa¹⁶ e nos

12. Mat 16, 18.

13. I Pedro 3, 15.

14. I Pedro 3, 15.

15. I Cor 1, 18.

16. Alcorão VI, 101.